

A MF
R

CONCURSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE JUÍZES DE PAZ
ATA N.º 4

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas 14 horas, nas instalações da Direção-Geral da Política de Justiça, sitas na Av. D. João II, Lote 01.08.01 D/E, Torre H, pisos 2 e 3, em Lisboa, reuniu o Júri do Concurso identificado em epígrafe, constituído por: Presidente – Renato Gonçalves, 1.º Vogal – Noémia da Rocha Neves Anacleto Louçã e 2.º Vogal – Maria Gomes Bernardo Perquilhas, coadjuvado pela Senhora Diretora de Serviços do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça, Helena Alves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Análise e pronúncia sobre os requerimentos de recurso recebidos nos termos do disposto no artigo 8.º n.º 4 do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 253/2014, de 2 de dezembro;

Ponto Dois - Elaboração de lista de candidatos admitidos e excluídos anexa à presente ata.

Ponto Um:

No decurso do prazo de recurso foram recebidos os requerimentos dos seguintes candidatos: Ana Sofia Moreira da Silva, Eulália Vanessa Antunes, Fernanda Maria Martins das Neves Baptista; Liliana Azevedo Costa da Rocha Arantes, Maria Ivone Teixeira Aguiar, Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, Noémia Ruth Catulo Honório e Sara Daniel Lima.

Analizados os recursos interpostos, foram proferidas as respetivas decisões, que se encontram anexas à presente ata, e que foram tomadas por unanimidade.

Ponto Dois:

Verifica-se agora que na lista provisória de candidatos admitidos consta erradamente a candidata Anabela Maria Alves Marques de Almeida Coelho, a qual apenas é detentora de licenciatura em solicitadoria.

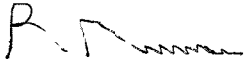
Ora, como se verifica dos artigos 6.º, n.º 1, alínea b) e 7.º n.º, 4, alínea b) e n.º 6 do Regulamento do 3.º Concurso de Recrutamento e Seleção dos Juízes de Paz, aprovado pela Portaria n.º 253/2014, de 2 de dezembro e no ponto 6, alínea f) do Aviso de abertura do Concurso, constitui requisito de admissão possuir licenciatura em direito. Não possuindo a candidata tal licenciatura não podia a mesma ter sido admitida.

Termos em que foi deliberado por unanimidade retificar o lapso cometido e excluir a candidata Anabela Maria Alves Marques de Almeida Coelho do presente concurso.

Decididos os recursos interpostos, o júri procedeu à elaboração de lista de candidatos admitidos e excluídos anexa à presente ata, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

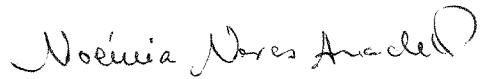
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas 16h00, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Presidente do Júri:



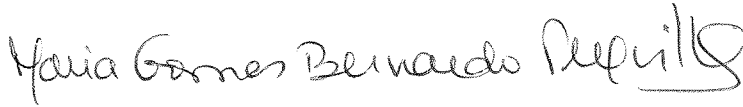
(Renato Gonçalves)

1.º Vogal:



(Noémia da Rocha Neves Anacleto Louçã)

2.º Vogal:



(Maria Gomes Bernardo Perquilhas)

Anexos: Decisões sobre recursos interpostos e Lista de Candidatos Admitidos e Excluídos

Ab Ref

Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juizes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, alegando que enviou o seu requerimento de candidatura fora do prazo fixado para o efeito porquanto quando teve conhecimento do concurso já o prazo havia decorrido, o que se deveu ao facto de ser funcionária judicial na 1 Secção Criminal de Aveiro, secção que se encontra sem Escrivão-Adjunto e tem sempre serviço urgente.

*

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, fora do prazo fixado para o efeito no Aviso publicado, já que enviou a sua candidatura por correio registado com carimbo do dia 2015.06.03.

O prazo para apresentação das candidaturas terminou no dia 26 de Maio de 2015.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente.

Os factos alegados pela recorrente não se encontram minimamente provados, já que nenhuma prova juntou para o efeito. Não obstante sempre se dirá que mesmo que a recorrente tivesse enviado o documento comprovativo do mail que invoca como meio através do qual teve conhecimento do concurso em causa, sempre se dirá que a mesma não invoca verdadeiramente qualquer situação de justo impedimento que, provando-se, determinaria a alteração da decisão de exclusão.

*

Subsunção dos factos ao direito:

JJP
MP

Atentos os factos elencados supra, e o uma vez que nenhuma situação de justo impedimento (justo impedimento é a situação imprevisível e excecional que impede a pessoa de agir por si ou por intermédio de outrem) foi realmente invocada nem demonstrada, nenhuma censura merece a decisão de exclusão sendo pois de manter, atento o disposto no artº 4º, nº 4 e a natureza perentória do prazo em causa.

*

Decisão:

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

MP
Pm

Maria Ivone Teixeira Aguiar, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, alegando que não juntou comprovativo de licenciatura em direito uma vez que a Faculdade dispõe de 30 dias para entregar tal certificado, tendo oferecido comprovativo do pedido de emissão do certificado, tendo-lhe sido impossível cumprir o solicitado.

Não obstante, a recorrente, defende, é licenciada em solicitadoria e por isso deveria ter sido admitida ao concurso em causa dado que tal curso é legalmente equivalente ao curso de direito.

Invoca ainda que no último concurso aberto para formação de magistrados judiciais se exigia grau de licenciatura em direito ou equivalente legal, entendendo a requerente que neste equivalente legal cabe a licenciatura em direito.

Decidindo:

Factualidade relevante:

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Maria Ivone Teixeira Aguiar, apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, tendo sido excluída porquanto não juntou comprovativo de licenciatura em direito.

A recorrente é licenciada em Solicitadoria.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente, em conjugação com a confissão da mesma no que respeita à não junção do comprovativo da licenciatura em direito.

*

JH MP
RM

Subsunção dos factos ao direito:

Nos termos do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. b) e 7º, nº 4, al. b) do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, só podem ser admitidos os candidatos que (...) possuam licenciatura em direito, devendo esta ser demonstrada pelo certificado de licenciatura com a indicação da média final de licenciatura, determinando a falta de junção deste certificado a exclusão do candidato do concurso, como impõe o artº 7º.

A questão agora suscitada pela recorrente respeita ao facto de em seu entender a licenciatura em solicitadoria ser equivalente à licenciatura em direito.

Analizando o Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz verifica-se que o legislador fez uma escolha clara e inequívoca. Apenas os cidadãos portugueses licenciados em direito, com mais de 30 anos e preenchendo os demais requisitos elencados taxativamente no nº 1 do artº 6º do citado Regulamento, podem concorrer, pois só estes podem exercer as funções de Juiz de Paz. A norma é clara e não enferma de qualquer omissão que cumpra integrar nem tem redação dúbia que importe clarificar. Apenas podem concorrer licenciados em direito. Tanto que a licenciatura em solicitadoria é diferente da licenciatura em direito que quando muito pode, em certas situações que não a presente, ser equivalente tendo em conta a natureza das funções a desempenhar.

Significa assim que mesmo que a licenciatura em solicitadoria possa ser considerada equivalente à licenciatura em direito tal está condicionado a:

- a) As normas concursais que permitam tal equivalência;
- b) A natureza das funções não obviar à admissão de solicitadores para o seu exercício, tendo em conta a complexidade funcional;
- c) Que tal área de formação conste do respetivo aviso de abertura.

No nosso caso não só a lei – Regulamento do Concurso - não permite a equivalência, já que refere apenas e tão somente licenciatura em direito (não referindo por exemplo “ou licenciatura equivalente”), como a natureza das funções exige a licenciatura

em direito, como ainda e finalmente o aviso de abertura de concurso não refere como habilitante a licenciatura de que a recorrente é titular.

E nem se invoque o último aviso de abertura de concurso para frequência do curso de formação de magistrados judiciais já que a situação não é semelhante. Naquele aviso expressamente se admite que licenciados em direito ou equivalente legal concorram o que na presente situação não se verifica.

Deste modo não tem sequer lugar a discussão e a decisão da equivalência das licenciaturas de direito e solicitadoria, por a lei ter expressamente optado apenas e exclusivamente pela de direito.

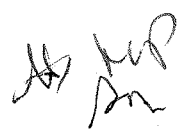
Por último, resta referir, não obstante tal não ter sido suscitado, que a junção do comprovativo de licenciatura no dia 3 de julho, pp, não satisfaz a exigência de apresentação de tal certificado com a apresentação da candidatura como decorre do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. b), 7º, nº 4, al. b) e 8º, nº 1 (donde se retira sem qualquer margem para dúvidas que o certificado e demais documentos devem acompanhar a candidatura, sob pena de exclusão nos termos e no momento fixado no artº 8º, nº 1 do citado regulamento concursal).

*

Decisão:

Face a todo o exposto carece de fundamento legal o alegado, pelo que se julga improcedente a pretensão da recorrente Maria Ivone Teixeira Aguiar, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.



Noémia Ruth Catulo Honório, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, por correio eletrónico enviado no dia 8 de Julho de 2015, às 21.57, onde referia enviar as suas “alegações” face à exclusão da sua candidatura, contudo o anexo enviado encontra-se em branco.

*

Decidindo:

Factualidade relevante:

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Noémia Ruth Catulo Honório apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, mas foi excluída porquanto não apresentou certificado de registo criminal.

A recorrente enviou correio eletrónico no dia 8 de Julho de 2015, às 21.57, onde referia enviar as suas “alegações” face à exclusão da sua candidatura.

O anexo que envia no referido correio eletrónico encontra-se em branco.

*

Motivação:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente e na comunicação eletrónica referida, que, impressa, se encontra no processo.

*

Subsunção dos factos ao direito:

Atentos os factos elencados supra não é possível saber e por conseguinte impossível se torna analisar as razões de discordância relativamente à decisão de exclusão da candidatura, sendo que a razão que determinou a exclusão da candidatura, que preenche a previsão do artº 6º, nº1, al. e) e 7º, nº 4, al. c) do Regulamento, transcrito no ponto 6º, al. i) do Aviso de Abertura de Concurso.

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Ruth Catulo Honório, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

At MP

Sara Daniel de Azevedo Lima, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, alegando em síntese que:

Foi excluída por falta de junção dos documentos de identificação e do comprovativo de certificado de licenciatura com média final e bem assim pelo facto de não ter apresentado o requerimento de candidatura através do formulário próprio, o que, reconhece, está correto. Todavia, e apesar de reconhecer que correspondem à verdade os fundamentos da sua exclusão, a recorrente defende que deve tal decisão ser alterada e consequentemente ser admitida porquanto a falta de envio dos anexos onde constavam os documentos em falta se deveu a mero lapso, não devendo o júri ter considerado insuprível tal falta.

Invoca a recorrente que o júri determinou a notificação de alguns candidatos para suprir faltas de junção de documentos, como se verifica da ata nº 2 e relativamente ao comprovativo do pagamento exigido pelo Aviso de Abertura do Concurso. Ora, defende que esta decisão do Júri deveria ter abrangido a falta de todo e qualquer documento necessário à instrução da candidatura. Como tal não foi assim decidido e notificado, verifica-se uma violação do princípio da igualdade.

Pese embora a invocação da violação do princípio da igualdade, a recorrente reconhece que a falta de junção do comprovativo do pagamento (não a falta de pagamento) constitui fundamento de rejeição liminar da candidatura nos termos do artº 7º, nº 6 do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro.


Termina propugnando pela possibilidade de suprimimento da falta de junção de documentos atento o teor do nº 7 do citado artº 7 do Regulamento.

*

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Sara Daniel de Azevedo Lima apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz mas não apresentou a sua

HUP

candidatura através do formulário criado e disponibilizado para o efeito, não juntou 
documento de identificação nem certificado de licenciatura.

A candidatura da recorrente foi excluída.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente em conjugação com a sua própria confissão nas suas motivações sob análise e decisão.

*

Subsunção dos factos ao direito:

Nos termos do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. b) e 7º, nº 4, al. b) do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, só podem ser admitidos os candidatos que (...) tenham nacionalidade portuguesa, possuam licenciatura em direito, devendo esta ser demonstrada pelo certificado de licenciatura com a indicação da média final de licenciatura, para além dos restantes requisitos referidos no nº 1 do citado artº 6.

O artº 7º, nº 4 do Regulamento indica os documentos que devem obrigatoriamente instruir a candidatura sob pena de exclusão.

Analisemos a candidatura da requerente para que possamos analisar os argumentos invocados e decidir.

- a) Falta de apresentação da candidatura através do formulário exigido e referido no artº 7º do Regulamento.

Como se verifica da análise do artº 7º, nº 1º do Regulamento a candidatura deveria ter sido feita mediante requerimento em formulário próprio disponível no Portal Citius. Não obstante, a requerente não apresentou a sua candidatura através de tal meio. Contudo, uma vez que a lei não prevê que tal falta constitua motivo de exclusão, nunca o júri excluiria a candidatura apenas

com fundamento neste vício. Ou seja, apesar do Regulamento e do Aviso determinarem a forma como a candidatura deve ser apresentada não consideram que a mesma constitui uma condição de admissibilidade, podendo por isso ser suprida. Fosse este o único vício de que a candidatura da recorrente padecesse e a mesma teria sido convidada a supri-lo.

A questão é que não é este o único vício a ferir a candidatura da recorrente.

- b) Falta de junção de cópia do documento de identificação e falta de junção do certificado da licenciatura em direito e respetiva média final de licenciatura.

Como se verifica da análise do Regulamento de Abertura de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro a junção dos documentos referidos no nº 4 do artigo 7º, porque se destinam a demonstrar os requisitos de admissibilidade exigidos pelo artº 6º, constituem condições de admissibilidade das candidaturas, e constituem vícios insupríveis. Por isso, devem acompanhar desde logo o requerimento sob pena de exclusão.

Ora, ao não juntar os documentos referidos a candidata impediu o júri de poder cumprir com o exigido pelo artº 8º, nº 1 do Regulamento, ou seja verificar os requisitos de admissão dos candidatos, requisitos estes fixados no artº 6º, mais concretamente e no caso sob decisão, ter nacionalidade portuguesa e possuir licenciatura em direito.

Não merece censura a decisão do júri de não admitir a candidatura.

Mas estaremos nós perante uma desigualdade de tratamento, proibida pela nossa lei fundamental (artº 13º da Constituição da República Portuguesa), decorrente da não notificação da recorrente para suprir os vícios acima apontados e analisados, quando se notificaram candidatos para juntar o comprovativo do pagamento exigido pelo nº 7 do Aviso de Abertura, e que o nº 6, al. j), do mesmo Aviso, impõe a exclusão da candidatura que não seja acompanhada com tal comprovativo?

Estamos certos que não. Vejamos.

Os fundamentos de exclusão referidos no Regulamento no artº 6º estão intimamente relacionados com os requisitos de admissão referidos no artº 6º. São estes requisitos de admissão que devem ser objeto da análise preliminar a que se refere o nº 1

Is not
P. 1. 1

Não é pois de igual natureza a situação dos candidatos que apenas não juntaram o comprovativo do pagamento (comprovativo apenas, dado que o pagamento estava operado e lançado no sistema) e a situação da recorrente que não juntou os documentos comprovativos dos requisitos de admissibilidade, não tendo sido violado o princípio de igualdade, consagrado no artº 13º da Constituição da República Portuguesa. Foram tratadas de forma diferente, situações diferentes, tendo-se concretizado na prática o núcleo essencial do princípio invocado: tratar igual o que é igual, tratar de forma diferente o que é diferente.

Decisão:

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Sara Daniel de Azevedo Lima, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

H. R. P.
R. P.

Ana Sofia Moreira da Silva, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro.

Neste, alegou em síntese que:

Foi excluída por falta de comprovativo de certificado de licenciatura com média final, o que, reconhece, não enviou devido a falta decorrente de um lapso de digitalização aquando da instrução da sua candidatura.

Enviou o documento em falta com o recurso requerendo que a sua candidatura seja admitida.

*

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Ana Sofia Moreira da Silva apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz invocando licenciatura em Direito.

A candidatura que enviou não se encontrava instruída com o certificado de licenciatura com média final, nem a mesma ofereceu o certificado referido dentro do prazo de apresentação das candidaturas.

A candidatura da recorrente foi excluída.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente em conjugação com a sua própria confissão constante do formulário de audiência de Interessados.

*

Subsunção dos factos ao direito:

JP MP
R. 1. 11.11

Nos termos do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. b) e 7º, nº 4, al. b) do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, só podem ser admitidos os candidatos que (...) possuam licenciatura em direito, devendo esta ser demonstrada pelo certificado de licenciatura com a indicação da média final de licenciatura, determinando a falta de junção deste certificado a exclusão do candidato do concurso, como impõe o artº 7º.

Posto isto e atenta a factualidade acima descrita impõe-se dizer que a exclusão realizada obedece à lei, que quanto a este requisito é imperativa.

Mas será de acolher a pretensão da candidata que vem agora, após o termo do prazo previsto no artº 8º, nº 1 e da publicação da lista dos candidatos excluídos, referida no nº 3 do mesmo normativo, juntar o certificado de licenciatura com a média final? A resposta só pode ser, e é, negativa. Como se verifica da análise do citado artigo 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, após o termo do prazo de apresentação das candidaturas o júri procede à verificação dos requisitos de admissão dos candidatos e elabora a lista dos candidatos admitidos e excluídos. O que foi feito. Ora, é nesta verificação de requisitos que se impõe a aplicação do disposto no artº 7º, nº 6, de modo a que se possa passar à fase seguinte do procedimento concursal, e é desta interpretação conjugada dos artº 6º, 7º, nº 6 e 8º, nºs 1 e 3 que se impõe concluir que os documentos de instrução da candidatura devem acompanhar o respetivo requerimento, sob pena de exclusão.

Significa, assim, que a pretensão da recorrente carece em absoluto de fundamento legal, sendo totalmente contrária às normas legais indicadas.

*

Decisão:

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Ana Sofia Moreira da Silva, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

Hef

Eulália Vanessa Antunes, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, alegando em síntese que:

Foi excluída por falta de junção do documento comprovativo do pagamento da comparticipação financeira exigida pelo ponto 7.1 do Aviso de Abertura do Concurso. Contudo, no entender da recorrente, tal pagamento não é devido uma vez que o Despacho da Senhora Diretora Geral, não evidencia a fundamentação relativa à fixação do valor devido a título de comparticipação financeira, que por constituir um encargo financeiro para os candidatos é exigido pelos artºs 151º, nº 1, al. d) e 152º, nº 1, al. a) e 114º, nº 1, al. b) e nº 2 al. a) do Código de Procedimento Administrativo.

Defende a recorrente que juntou todos os documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis e constantes do aviso de abertura, considerando que a remissão da al. j) do ponto 6, não constitui a candidata no dever enunciado no ponto 7.1 dado o vício de que enferma o ato.

*

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Eulália Vanessa Antunes apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz mas não apresentou comprovativo do pagamento da comparticipação exigida pelo nº 7 do Aviso de Abertura do concurso.

A candidatura da recorrente foi excluída, após ter sido notificada para demonstrar o pagamento, o que não fez no prazo fixado.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente em conjugação com a sua própria confissão nas suas motivações sob análise e decisão.

JH Ref
R. i m

*

Subsunção dos factos ao direito:

Nos termos do disposto no ponto 7 do Aviso de Abertura do concurso de recrutamento e seleção de Juizes de Paz, é devida comparticipação financeira no custo do procedimento no valor de € 180,00 (cento e oitenta euros).

Nos termos do nº 6 do Aviso citado, a não instrução do requerimento de candidatura com os documentos aí enunciados entre os quais o comprovativo do pagamento da comparticipação financeira, constitui motivo de exclusão da candidatura. O artº 7º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, enuncia alguns dos motivos de exclusão de candidatura remetendo para o Aviso a definição concreta dos documentos que devem instruir a candidatura sob pena de exclusão.

A questão suscitada pela recorrente carece em nosso entender de fundamento legal.

O artº 15º, nº 1 do CPA determina que “o procedimento administrativo é tendencialmente gratuito, na medida em que leis especiais não imponham o pagamento de taxas por despesas, encargos ou outros custos suportados pela Administração”. Ora, a Portaria 253/2014 de 2 de dezembro prevê exatamente para este concurso a necessidade de comparticipação financeira, como se verifica do disposto no artº 4º. A determinação do valor é realizado pelo Aviso, aviso este que por força da remissão do artº 7º, nº 6 do Regulamento de Abertura do Concurso, constitui uma concretização deste e assume, na definição dos requisitos de admissão da candidatura, a natureza de regulamento. Não se trata, assim de um ato administrativo limitador do direito de acesso a uma profissão, como defende a recorrente, mas sim uma norma regulamentar que define as regras de candidatura de acesso ao procedimento concursal. E nem se diga que a recorrente está ou estava impedida de poder concorrer devido a esta imposição legal. Que não estava. Bastava que tivesse requerido o benefício do apoio judiciário, permitido pelo citado artº 15º, nº 3, e demonstrasse a apresentação de tal pedido, o que nem isso se dignou fazer.

H. MP
R. J. m

Face a todo o exposto uma vez que nenhum direito de acesso à profissão, ou qualquer outro, foi efetivamente limitado ou restringido, antes pelo contrário, foi a recorrente que decidiu limitar-se ao não recorrer ao benefício do apoio judiciário que a lei expressamente lhe prevê, nada há a alterar devendo, porque é de justiça, manter a decisão de exclusão.

*

Decisão:

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Eulália Vanessa Antunes, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

H. M. P.
R. J. M.

Fernanda Maria das Neves Baptista, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, esclarecendo os motivos que em seu entender determinaram as condenações registadas no seu Certificação de Registo Criminal.

Decidindo:

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Fernanda Maria das Neves Baptista apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz invocando licenciatura em Direito.

A candidatura da recorrente foi excluída porquanto a mesma sofreu condenações em processo criminal.

*

Motivação de facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente, mais concretamente do seu certificado de registo criminal, em conjugação com a sua própria confissão constante do formulário de audiência de Interessados, em que apesar de considerar injustas as condenações reconhece a existência das mesmas (sendo certo que contra as injustiças se deve recorrer no processo próprio).

*

Subsunção dos factos ao direito:

Nos termos do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. e) do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, só podem ser admitidos os candidatos que (...) não tiverem sofrido condenações nem estar pronunciado por crime doloso.

As razões invocadas pela recorrente, salvo o devido respeito por opinião contrária, não podem afastar a imposição legal citada, já que o legislador, por razões de certeza e

segurança jurídica, claramente ignorou as razões que possam ter determinado a prática de qualquer facto que determinou a condenação. Havendo condenação criminal nos termos previstos na lei opera a estatuição, que neste caso concreto é a exclusão da candidatura.

Nestes termos e sem necessidade de qualquer outra consideração impõe-se concluir que a pretensão da recorrente carece em absoluto de fundamento legal, sendo totalmente contrária às normas legais indicadas.

*

Decisão:

Termos em que se julga improcedente a pretensão da recorrente Fernanda Maria das Neves Baptista, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

J. H. P.
R. J. M.

Liliana Azevedo Costa da Rocha Arantes, excluída do concurso de recrutamento e seleção de Juízes de Paz, veio apresentar recurso nos termos do disposto no nº 4 do artº 8º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, alegando que não juntou comprovativo de licenciatura em direito pela simples razão de que o não tem já que é licenciada em solicitadoria.

Contudo, propugna, tal facto não pode determinar a sua exclusão dado que o curso de solicitadoria é equivalente à licenciatura em direito, o que o Ministro de Estado e das Finanças reconhece no Ofício nº 283, de 7 de Março de 2013, que responde à pergunta nº 1120/XII/2ª de 04 de Fevereiro de 2013.

*

Estão apurados os seguintes factos com relevância para a decisão do presente:

Liliana Azevedo Costa da Rocha Arantes, apresentou candidatura ao presente procedimento concursal de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, tendo sido excluída porquanto não juntou comprovativo de licenciatura em direito.

A recorrente não é licenciada em Direito, sendo licenciada em Solicitadoria.

*

Motivação de Facto:

Os factos enunciados colhem a sua demonstração no processo de candidatura da recorrente, em conjugação com a confissão da mesma no que respeita à não titularidade de licenciatura em direito.

*

Subsunção dos factos ao direito:

Nos termos do disposto nos artºs 6º, nº 1, al. b) e 7º, nº 4, al. b) do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juízes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro, só podem ser admitidos os candidatos que (...) possuam licenciatura em direito, devendo esta ser demonstrada pelo certificado de licenciatura com

H. Ref
12-12-2014

a indicação da média final de licenciatura, determinando a falta de junção deste certificado a exclusão do candidato do concurso, como impõe o artº 7º.

A questão agora suscitada pela recorrente respeita ao facto de em seu entender a licenciatura em solicitadoria ser equivalente à licenciatura em direito no acesso a funções públicas, invocando um ofício onde consta um despacho do Ministro de Estado e das Finanças. Analisando:

Antes de mais cumpre começar pelo princípio. O legislador fez uma escolha clara e inequívoca. Apenas os cidadãos portugueses licenciados em direito, com mais de 30 anos e preenchendo os demais requisitos elencados taxativamente no nº 1 do artº 6º do Regulamento do Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, aprovado pela Portaria nº 253/2014 de 2 de Dezembro podem concorrer pois só estes podem exercer as funções de Juiz de Paz. A norma é clara e não enferma de qualquer omissão que cumpra integrar nem tem redação dúbia que importe clarificar. Apenas podem concorrer licenciados em direito. Tanto que a licenciatura em solicitadoria é diferente da licenciatura em direito que quando muito pode, em certas situações que não a presente, ser equivalente tendo em conta a natureza das funções a desempenhar.

Significa assim que mesmo que a licenciatura em solicitadoria possa ser considerada equivalente à licenciatura em direito tal está condicionado a:

- a) As normas concursais permitirem tal equivalência;
- b) A natureza das funções não obviar à admissão de solicitadores para o seu exercício, tendo em conta a complexidade funcional;
- c) Que tal área de formação conste do respetivo aviso de abertura, como aliás consta do despacho citado e invocado pela recorrente: “(...) de grau 3 de complexidade funcional, desde que tal área de formação conste do respetivo aviso de abertura (...)”

No nosso caso não só a lei – Regulamento do Concurso - não permite a equivalência, já que refere apenas e tão somente licenciatura em direito (não referindo por exemplo “ou licenciatura equivalente”), como a natureza das funções exige a licenciatura

em direito como ainda e finalmente o aviso de abertura de concurso não refere como habilitante a licenciatura de que a recorrente é titular.

Face a todo o exposto carece de fundamento legal o alegado, pelo que se julga improcedente a pretensão da recorrente Liliana Azevedo Costa da Rocha Arantes, mantendo-se a sua exclusão.

Notifique-se.

LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS


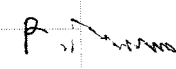
HP
MP
P. I. [signature]

NOME DO CANDIDATO
Alexandra Catarina Spranger Fernandes Gomes Forte Saldanha Cardoso
Alexandra Maria Gonçalves de Rezende Soares de Matos
Alfredo José Ribeiro Alexandre da Silva
Alice Fernanda Vinagre Sequeira
Amélia Luisa dos Santos Ferreira Saraiva
Amélia Orquídea Branco Couto da Silva
Ana Catarina Oliveira Ferreira
Ana Cláudia Baptista Pereira de Jesus
Ana Filipa Giestas Cancela Duarte
Ana Filipa Valério Cardigos
Ana Filipa Vila Nova Casaca
Ana Folhadela Figueiredo Pina
Ana Isabel Dias de Castro Neto
Ana Isabel Maçãs Marques
Ana Isabel Silva Pacheco
Ana Laura Mendes Januário Carvalho
Ana Lúcia Barbosa Borges
Ana Luisa Azevedo Dias Pires
Ana Luisa Botelho Ludovino Bilo
Ana Mafalda Guerra Vieira
Ana Margarida Antunes Monteiro
Ana Margarida de Mendonça Santos Mota Sousa
Ana Margarida Ferreira Mendes Soares Menezes Barbosa
Ana Margarida Henriques Neves Vieira
Ana Maria Gonçalves Campelos
Ana Maria Nunes Seabra
Ana Maria Pinho de Deus Fernandes
Ana Patrícia dos Santos Gomes
Ana Paula Alves da Silva dos Santos Correia
Ana Paula Costa Fernandes Campos
Ana Rita Neves Emídio
Ana Rita Parreira Charlin
Ana Rita Rodrigues da Silva
Ana Rita Sampaio Sousa
Ana Sofia da Silva Fidalgo
Ana Sofia Madeira Maduro
Ana Sofia Magalhães Rodrigues de Lemos Triunfante
Ana Sofia Ribeiro Afonso
Ana Sofia Sá de Brito
Ana Teresa Ferreira Teodoro Faustino
Andreia Cristina Gouveia da Silva
Ângela da Conceição Ribeiro

Annette Severino Martins Coelho
António Jorge Brandão de Pinho
António Manuel Teixeira Menezes Barbosa
Armando Manuel Ascensão Correia do Vale Miranda
Armando Reis Dias Ramos
Arsénio Manuel Freixo Arrifana
Artur Ricardo Crespo Seguro Pereira
Augusto César Adrian Torbay
Beliza de Fátima Fernandes Carneiro
Berenice Fernandes Costa Pinto Ribeiro
Bertina Pereira João Duarte
Bruno Manuel Almeida Francisco
Bruno Miguel Ferreira dos Santos
Bruno Miguel Simões Ferreira
Cândida Catarina de Melo Martins Coroadó
Cândida Maria Macedo Alves
Carina Andreia Soares da Costa Santos
Carina Micaela Ferreira da Silva
Carla Alexandra de Vilhena Rosado
Carla Alexandra Frederico Constâncio
Carla Alexandra Pires Farinha
Carla Alexandra Ribeiro Esteves Cerqueira
Carla Balbina dos Santos Gonçalves
Carla Cristina Correia Ferraz
Carla Manuela Alves Teixeira
Carla Milene Reis Luciano
Carla Patrícia da Costa Fonseca
Carla Sofia Ricardo Borges
Carla Susana Nogueira Estanislau Pereira
Carlos Manuel Carvalho Cardoso
Carlos Manuel Encarnação Ferreira
Carmen Dolores Pereira Salvador
Catarina Elisa Gomes da Costa
Catarina Esteves Garcia Ferreira de Matos Rijo
Catarina Maria Álvaro Almeida Amaral Basto
Catarina Maria Ferreira Martins
Catarina Maria Serras Martinho Gomes
Catarina Rosa Castro Osório D'Oliveira
Cátia Alexandra da Silva Oliveira
Cátia Cristina da Costa Cardoso
Cátia Sofia Pereira Matias
Cátia Susana Custódio Mata
Célia Cristina Fernandes Ferreira
Célia da Glória Borges Dias da Silva
Célia Maria Gonçalves de Almeida
Célia Marina dos Santos e Silva

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

Célia Marina Nóbrega Soares Reis
Celina Maria Pereira Alveno
Cláudia Gonçalves Godinho
Claudia Laurinda Rodrigues Duarte
Cláudia Maria Marques Nogueira
Cláudia Sofia Berto Marques
Cláudia Sofia da Fonseca Agostinho Pimentel
Cláudia Sofia de Abreu Margarido
Claudia Sofia Gonçalves Costa Pereira Modesto
Cláudia Teresa Paiva Fernandes Novo Lopes dos Santos
Cristina Alexandra de Sá Passos Alves Ramos de Sá Torres
Cristina Isabel Moreira Eusébio
Cristina Maria da Costa Rodrigues Poceiro
Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues
Dalila Cunha e Silva Moura de Sousa
Daniel António Raimundo Moreira
Daniela Cláudia Barbosa Afonso Cerqueira
Daniela Maria Guerreiro Dias Fernandes
Dária Isabel Duarte Costa
Deyanira Teresa Vieira Vieira
Diana Micaela Freitas Machado
Duarte Hermenegildo Vaz
Dulce Catarina Barros Moreira
Dulce Cristina Dinis Ferreira Carvalho
Eduardo Jorge Marques de Queirós Salcedas da Cunha
Elisabete Martins de Almeida Gouveia
Elisete Andrade Pinho
Elsa de Fátima de Freitas
Elsa Maria Jesus Santana
Elsa Maria Santos Costa
Elsa Rodrigues Maia Bértolo
Emanuel Agostinho Azevedo Carvalho
Ernesto Pontes Carvalho
Esmeralda da Conceição Teixeira Pires
Fabiana Palma Aparecido Grade dos Santos
Fernanda Maria Meireles Coxito
Fernanda Maria Proença Monteiro
Fernando José da Costa Reis Godinho
Fernando José dos Reis Cunha da Silva Bandeira
Fernando Manuel Lucas Correia
Filipa Isabel Mendes de Andrade Valente
Filipa Manuela Braga Ferreira
Filipe Ricardo de Almeida Delgado
Filomena Maria Jesus Cabral
Filomena Rodrigues da Cunha
Gertrudes Cristina da Silva Morgado

Gidalva Strey
Gonçalo José Dias Batista
Graciete Valentina Paulino Heliodoro
Gustavo Miguel Brandão do Nascimento
Helena Alexandra Alão Soares
Helena Fabíola Vagueiro da Fonseca Farela
Helena Isabel Baúto Marques de Sá
Helena Isabel dos Santos Simões
Helena Maria Fernandes Amaro
Henrique Manuel Candeias Rosa Gomes
Hernani Manuel Silva Novais
Hugo Alexandre da Silva Carulo
Hugo de Carvalho Osório Ribeiro de Figueiredo
Igor Gonçalo dos Santos de Jesus Martins
Ilidia Maria Sousa Ferreira Lobo
Inês da Silva Araújo
Inês de Sousa Cardoso
Inês Regina Moreira Antunes
Inês Villa Nova Rodrigues
Isabel Cristina Cabrita Alves da Silva
Isabel Maria Barreira de Freitas
Isabel Maria de Oliveira Branco
Isabel Maria Loureiro Restier Grijó Poças
Isabel Teresa Correia Vieira Gomes Nogueira Martel
Jacinto António Mouta de Resende Pinto
Janete Pesqueira Ferreira Antunes
Janete Rodrigues Fernandes
Joana Correia Ramos
Joana de Lopes e Loureiro
Joana Filipa dos Santos Bento
Joana Manuel Veiga Sangra
Joana Maria de Teixeira Carvalho Ramos Correia
Joana Martins Sá Correia Barbosa Urbano
Joana Rita Oliveira Sampaio
Joana Sofia de Almeida Barbosa
João Alves Gomes Vilaça
João Carlos Escalreira Vaz
João Carlos Gama Gonçalves
João Firmino da Silveira Araújo Rodrigues
João Manuel Alves Caiado
João Manuel Ramos Pereira da Silva Mariano
João Maria Grazina Cóias
João Pedro da Fonseca Lopes
Jorge Manuel Farinho Pote
Jorge Manuel Monteiro dos Santos Vieira Rodrigues
Jorge Manuel Soares Ribeiro Mimoso

It
hp
Ara

AP
Rep

P. J. J. J.

Jorge Pereira da Rocha

José António Sargo Vicente

José Carlos dos Prazeres Rodrigues

José de Ribamar Lima da Fonseca Júnior

José Pedro Alves Moreira

José Pedro Guina dos Santos

Judite Margarete Saraiva de Melo

Lia Maria Ferreira Marques Pereira

Lídia da Conceição dos Santos Bernardo

Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes

Liliana Cristina Ribeiro Martins

Liliana Maria Camacho Geraldo

Liliana Patrícia Sousa Teixeira

Liliana Raquel Rodrigues de Sousa

Lisa Tânia Rodrigues Cardoso

Luís Carlos Piçarra Urbano

Luis Carlos Rodrigues Lopes

Luis Filipe Machado Martins

Luis Miguel Coelho Gonçalves

Luis Nuno de Almeida e Castro

Luisa Maria Almeida Soares

Luisa Maria Baptista Lopes Sousa

Mafalda Maria Dias da Rocha Mellert Mendes

Manuel António Moreira da Silva

Manuel Filipe Lavado Cardoso de Almeida

Manuel Luis Maggessi Gouveia

Mara Sofia da Silva Gonçalves

Márcia Andreia Gomes Pinto

Márcia Sofia Gonçalves Marques

Margarida Maria de Magalhães Rapoula Gonçalves de Proença

Margarida Tovar Carvalho Antunes Rei

Maria Adelaide dos Santos Bernardo

Maria Adélia dos Santos

Maria Aires Magriço

Maria Aldina Rodrigues Cadima

Maria Alexandra Santos de Deus Ventura

Maria Ana Botelho Pescadinha

Maria Aurora Vieira de Oliveira

Maria Beatriz Bessa dos Santos

Maria Cândida de Paiva Tavares Pereira Nunes

Maria Carlos Brito Silva

Maria Clara Alves dos Santos Oliveira Baltazar

Maria Cristina Barros dos Santos Palma

Maria Cristina Ribeiro de Azevedo Afonso

Maria da Ascensão Morais de Almeida Tadeu Ferreira

Maria da Conceição Gomes Pires

Maria da Conceição Moreira Pinto
 Maria da Conceição Nunes Palma Rei
 Maria da Conceição Piçarra Carneiro da Silva Bica
 Maria da Graça Ferreira Peres Sousa
 Maria de Fátima da Costa Silva Carvalho
 Maria de Fátima dos Reis Antunes
 Maria de Lourdes da Silva Lemos Pereira
 Maria do Rosário Penedo Feio Carmelo
 Maria Dulce Cerdeira Belo Monteiro Nogueira
 Maria Dulce Merendão Pirocas Ferreira
 Maria Elena Burgoa Y Arenales Macedo Dias
 Maria Elisabete Canarias Ramos
 Maria Elsa França da Silva
 Maria Helena Loução Ribeiro da Silva
 Maria Helena Simões Paiva
 Maria Isabel Baptista Martins dos Santos
 Maria Isabel da Conceição Gomes Antunes
 Maria Isabel da Silva Brandão
 Maria Isabel de Sousa Correia Belém
 Maria Ivone Teixeira Aguiar
 Maria João Carrinho Carreira Torres
 Maria João da Silva Rosa
 Maria João Fernandes Oliveira Martins Ramos
 Maria João Fernandes Pinto Mendes Marques
 Maria João Mendes Barbosa Teixeira de Sousa
 Maria João Pereira Cabral
 Maria José Alves da Mota Claro da Fonseca
 Maria José Marques de Amaral Pimentel
 Maria José Pinto Moreira da Silva Fontes
 Maria Klaudia de Freitas Morais Bandeira
 Maria Luisa Rodrigues Teixeira de Melo
 Maria Manuel Cabete de Encarnação
 Maria Manuela Morgado de Andrade
 Maria Manuela Paiva dos Prazeres Carvalho
 Maria Manuela Rodrigues Garrido
 Maria Margarida Pinto Correia
 Maria Olinda Nunes Barbosa
 Maria Orlanda Mendes Pereira Costa
 Maria Paula Camacho Porta Nova
 Maria Paula Vasconcelos Machado
 Maria Rosália de Castro Tavares Barbosa Sobrosa
 Maria Teresa Araújo Gil Marinho Tavares Barreto
 Maria Teresa Ferreira Carmo Neto
 Maria Teresa Moreira da Fonseca
 Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues
 Marina Bruno Silva

AB
 RP

A
 1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12

Marina Isabel Guedes Martinho Henriques
 Marisa Carlos Vieira Lopes
 Marisa de Jesus Pinheiro Teixeira Tomé de Carvalho
 Marisa Isabel Moura Ruivo
 Marla Maria da Silva Sequeira
 Marta Alexandra Alves dos Santos
 Marta Isabel da Silva Santos
 Marta Machado Gomes
 Marta Valentina Domingues Gonçalves
 Matilde Maria Fajardo Palma
 Mónica Cristina Pires Nascimento
 Nélia Vilares Valente
 Neusa Marlene Santos Silva
 Nuno Filipe de Sousa Gonçalves
 Nuno Miguel da Rocha Caria Russo de Almeida
 Nuno Ricardo Marques Aleixo Pereira
 Nuno Xavier Rodrigues de Pinho e Melo
 Olga Maria Outor de Jesus Barbosa Matos
 Olívia Maria Mendonça Lagarteiro
 Oriana Pereira Alves
 Patrícia Manuel da Costa Oliveira
 Patrícia Alexandra de Sousa Veloso
 Patrícia Cachucho Cabral
 Patrícia de Jesus Rebocho Raimundo
 Patrícia Gomes Teixeira Monteiro
 Patrícia Maria Correia Costa
 Paula Albertina Afonso D'Oliveira Correia Mendes Maia
 Paula Alexandra de Sousa Santos Maroco
 Paula Alexandra Gomes Gonçalves de Jesus Teixeira
 Paula Cristina Baldaia Correia de Moraes
 Paula Cristina Figueiredo Ribeiro
 Paula Cristina Lopes D'Almeida Ribeiro
 Paula Cristina Santiago Moraes
 Paula Maria Nunes Janeiro Ferreira
 Paulo Alexandre Carvalho Branco de Oliveira
 Paulo Alexandre de Sousa
 Paulo Jorge Dinis Eliseu
 Paulo Jorge Soares Duarte Grácio
 Paulo José Fachada Dias
 Paulo José Homem de Sousa Alves de Brito
 Pedro Duarte Silva
 Pedro Miguel Chuva Morgado
 Pedro Miguel dos Santos Correia
 Pedro Rafael Silva Oliveira
 Rafael João Gouveia Martins Roque
 Raquel Alexandrina Rodrigues Ferreira Arede

HP

R. mm

APR 2018

Rim

Regina Carla Gomes Penedo
Ricardo Jorge dos Santos Alexandre
Ricardo Jorge Gonçalves Bispo
Rita Isabel Cosme da Silva
Rita Maria Nogueira de Freitas Carvalho
Rosa Isabel Moreira da Silva Cruz
Rosa Maria Galhano Estanislau
Rosa Maria Vieira da Cunha Pinto de Castro
Rosinda Mariana Roca Rua Fernandes
Rui Alexandre Henriques de Abreu
Rui Manuel Esteves Abreu
Rui Maria da Graça Ramos
Rute Isabel Esteves Ferreira Couto Fernandes
Sabrina Ferreira de Amorim
Sandra Bernardete Vieira Loureiro da Rocha
Sandra Cristina Augusto Faria Pires
Sandra Cristina Monteiro Horta Bernardo do Carmo
Sandra Cristina Trindade Camponês Pires
Sandra Filipa Fernandes da Cunha Vales de Almeida
Sandra Manuela Cavadas da Silva
Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva
Sara Cristina da Conceição Costa Rodrigues
Sara Cristina de Castro Tavares
Sara Isabel da Silva Maia
Sara Isabel Saraiva Carola Sotto Maior
Sara Lúcia da Rocha Stock
Sara Margarida Taveira de Araújo
Silvia Carvalho Malaquias
Sílvia Francisca Payon Marques Félix
Sofia Isabel de Basílio Amaral
Sofia Isabel Ribeiro Pinto Ferreira
Sofia Margarida da Silva Coelho
Sónia Andreia Pereira Gonçalves
Sónia Cristina Reis de Brandão Fernandes
Sónia de Carvalho Martins
Sónia Isabel dos Santos Pinheiro
Sónia Margarida Carreira da Conceição
Sónia Maria Santos Fortuna
Sónia Marisa Machado Prata
Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção
Susana Mafalda Tomás Ferreira
Susana Maria Barrocas de Araújo
Susana Maria Lusquinhos de Sousa Oliveira
Susana Maria Ramalho de Miranda
Susana Nicole Lopes Garcia Norte
Tânia Martins Lopes dos Santos

AMP

R. ...

Tânia Sofia Soares Cardoso
Teresa Alexandra Rodrigues Larguesa
Teresa Augusta Gonçalves Pires
Teresa Aurora Valente Ferreira dos Santos
Teresa Cecília de Sousa Tavares da Silva
Teresa Mendes Viana Jorge
Teresa Vitória Freire Magueta
Tiago Szabo Rio Neiva Vieira
Valentim Matias Rodrigues
Vanda Rute Lourenço Dionísio
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues
Vera Alexandra Dias Valente de Moura Semedo
Vera Cristina Lages Serejo
Vera Lúcia Teixeira Coelho Pereira
Vera Manuela Azevedo Cerejeira Campos
Verónica Filipa Bandeira Santos
Virgínia Luzia dos Santos Monteiro
Vitalina Gomes Costa Silva
Zelia Sofia Caritas Gama Barreira
Zilda Maria Pinto Martins Lourenço

LISTA DE CANDIDATOS EXCLUÍDOS

NOME DO CANDIDATO	MOTIVO DE EXCLUSÃO
Adelino Santos	e) e f)
Ana Cristina Faria Nogueira	g)
Ana Sofia Moreira da Silva	d)
Ana Sofia Silva Barreira	g)
Anabela Maria Alves Marques de Almeida Coelho	d)
Ascensão Amaral	a), b), c), d), e) e f)
Eulália Vanessa Antunes	f)
Fernanda Maria Martins das Neves Baptista	h)
Liliana Azevedo Costa da Rocha Arantes	d)
Manuel Valente Resende	h)
Maria do Carmo de Jesus Cantarinho	g)
Maria Ivone Teixeira Aguiar	d)
Maria Mercedes Vasconcelos Moreira	e)
Munássir Ebrahim	a), b), e) e f)
Noémia Ruth de Noronha Duarte Catulo Honório	e)
Rosalina Gonçalo Afonso Ribeiro	b), c) e d)
Sara Daniel de Azevedo Lima	a), c) e d)

- a) Por não ter apresentado a candidatura instruída com o formulário conforme n.º 5 do Aviso de abertura;
- b) Por não ter apresentado Currículo profissional nos moldes previstos na alínea e) do n.º 6 do Aviso de abertura;
- c) Por não ter apresentado documento previsto na alínea d) do n.º 6 do Aviso de abertura;
- d) Por não ter apresentado comprovativo previsto na alínea f) do n.º 6 do Aviso de abertura;
- e) Por não ter apresentado documento previsto na alínea i) do n.º 6 do Aviso de abertura;
- f) Por não ter apresentado documento previsto na alínea j) do n.º 6 do Aviso de abertura;
- g) Por não ter apresentado candidatura dentro do prazo;
- h) Em conformidade com o disposto na alínea e) do artigo 23.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho com as alterações introduzidas pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do 3.º Concurso de Recrutamento e Seleção de Juizes de Paz, publicado pela Portaria n.º 253/2014, de 2 de dezembro.